

ENTREVISTA

ENTREVISTA REALIZADA POR ESCRITO COM A PROFa. DRa. DENISE MATTOS MONTEIRO



Entrevista concedida a

Bruno Balbino Aires da Costa¹

Entrevista recebida em: 23/08/2021.

Aceita em: 06/12/2021.

A professora Denise Mattos Monteiro é um dos grandes nomes da História da Historiografia norte-rio-grandense. Ao longo de sua carreira como docente do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DHI-UFRN), ministrou, por muitos anos, a disciplina de História do Rio Grande do Norte, coordenou projetos de pesquisas, publicou artigos e livros sobre História econômica, social e política do estado. Seu livro mais conhecido, “Introdução à História do Rio Grande do Norte”, publicado no ano 2000, é uma leitura obrigatória para todas aquelas e todos aqueles que se interessam pelo estudo da história potiguar. Aliás, foi a partir do mencionado livro que tive contato, pela primeira vez, não só com a obra da autora, mas também com a história do meu estado.

Eu era um jovem professor de cursinho em Mossoró, quando a coordenação da escola delegou a mim, a função de ministrar aulas sobre História do Rio Grande do Norte. Eu ainda nem havia cursado a disciplina de “História do RN” na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), onde me formei, mas fui impelido a cumprir essa missão. Comecei a garimpar antigas apostilas de professores de cursinho de Mossoró. Não achei muito coisa, pelo contrário, o material era

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Canguaretama. Professor do Prof.História/UERN e do Programa de Pós-graduação em História e Espaços da UFRN (PPGH-UFRN).

bastante resumido, escasso e fragmentado. Contudo, encontrei, em algumas notas, uma informação valiosa: a referência ao livro “Introdução à História do Rio Grande do Norte”, da professora Denise Mattos Monteiro. Fui a alguma livraria ou sebo da cidade, não me lembro bem, e adquiri o livro. Li e fiz minhas anotações para preparar minhas aulas. Deu tudo certo e passei muito tempo da minha vida, como professor de cursinho, utilizando o livro da professora como referência. Quando, enfim, tive a oportunidade cursar a disciplina de História do Rio Grande do Norte na UERN, a “Introdução” constava nas obras de referência. Eu já conhecia, então, minha trajetória na referida disciplina foi bem mais tranquila. Mas não parou por aí.

Quando fui professor substituto no DHI-UFRN, entre 2011 e 2012, ministrei no curso de Turismo, a disciplina de História do Rio Grande do Norte e a minha referência básica era a “Introdução”. Continuo ministrando o mesmo componente curricular no Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Canguaretama, onde sou professor efetivo, e, pra mim, o livro “Introdução à História do Rio Grande do Norte”, permanece uma referência obrigatória.

No corrente ano, cometi uma loucura: resolvi cursar mais um doutorado, dessa vez, na área de educação. Toda essa história com o livro da professora, ganhou um outro patamar: de obra de referência a “Introdução” passou a ser objeto da minha nova pesquisa. Foi, então, que entrei em contato com a professora, apresentei-me e expliquei meu interesse de pesquisa e pedi uma entrevista. Prontamente, a professora aceitou, mas com uma condição: a entrevista deveria ser escrita. Concordamos e o resultado foi essa entrevista que ora o leitor tem acesso.

A entrevista tem muitos significados. Primeiro, é uma forma de homenagear a professora Denise Monteiro. Contar um pouco mais sobre a sua trajetória de vida, tanto na militância política como na atividade intelectual, é reconhecer, no presente, a importância de sua luta e do seu legado para as novas gerações de historiadores do Rio Grande do Norte. Segundo, essa é a primeira vez que a professora Denise Monteiro concede uma entrevista, narrando não só acontecimentos de sua vida e aspectos de sua obra, mas a própria história do curso de História da UFRN, o que por si só, faz da entrevista um documento histórico que poderá ser problematizado

por estudiosas e estudiosos do presente e do futuro, aquelas e aqueles interessados em investigar, por exemplo, a recente história da historiografia norte-rio-grandense. Por fim, a entrevista pode ser lida como uma espécie de um inventário, o qual evidencia todos os valiosos “serviços prestados” pela professora Denise Mattos Monteiro à sociedade potiguar.

Bruno Balbino Aires da Costa

ENTREVISTA

Bruno: Professora Denise Monteiro, a senhora graduou-se em História pela Universidade de São Paulo (USP), na década de 70, em plena ditadura militar no país. Por que decidiu cursar História? Como era ser estudante de História nesse contexto?

Denise: Meu interesse por História começou quando cursei o Ensino Secundário – hoje denominado Ensino Médio - no Colégio Israelita Brasileiro de Porto Alegre, cidade onde morei dos 9 aos 21 anos. Naquele tempo, podíamos optar entre cursar o Clássico, voltado para a área de ciências humanas, minha opção, ou o Científico, para as áreas biomédicas, exatas e tecnológicas.

Esse colégio, nos anos de 1967 e 1968, foi fundamental na minha formação, com aulas inesquecíveis, especialmente de História, Literatura e Filosofia, cujos conteúdos eram trabalhados de forma integrada. Eu fazia questão de assistir até mesmo às aulas de religião, que de fato eram sobre cultura judaica. Como sou goy (não judia) não precisava assisti-las, mas eu tinha uma enorme curiosidade intelectual, coisa que nunca me abandonou. E o fato de ter estudado em escolas de diferentes orientações religiosas, ou nenhuma, como a pública, a católica, a batista e a judaica, abriu meu olhar muito cedo para o outro.

A partir da promulgação do Ato Institucional n.5 pela ditadura civil-militar, em 1968, tudo isso acabou. Professores foram perseguidos politicamente e a orientação do

Colégio Israelita mudou. Mas aqueles dois breves anos, foram, para a adolescente que eu era, uma experiência decisiva de conhecimento e cultura.

Em 1972, me casei e fui morar em São Paulo, onde ingressei no curso de graduação em História da Universidade de São Paulo um ano depois, obtendo os diplomas de licenciatura e bacharelado em 1976. Esse período correspondeu exatamente aos “anos de chumbo” da longa etapa iniciada com o golpe de Estado de 1964. Quando entrei na USP, muitos professores já haviam sido perseguidos e expulsos por fazerem oposição ao regime militar, como a historiadora Emília Viotti da Costa, cassada em 1969. Nos “anos de chumbo” docentes seriam mesmo assassinados pelas forças de repressão, como por exemplo Vladimir Herzog, professor da Escola de Comunicações e Artes, torturado e morto, em 1975, nas dependências do DOI-CODI (Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações e Defesa Interna).

É importante registrar que vários professores cassados na USP foram acolhidos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ainda na década de 1970. Dentre eles estavam Otávio Ianni e Florestan Fernandes (sociólogos) e Paul Singer (economista). Quando cursei meu mestrado nessa universidade, entre os anos de 1979 e 1981, tive o privilégio de ser aluna desses três grandes intelectuais, o que foi muito importante na minha formação como historiadora.

Apesar da repressão do regime militar, durante a graduação tive alguns professores inesquecíveis como Fernando Antônio Novais, José Jobson de Arruda, Raquel Glezer e Maria de Lourdes Janotti. Mas nem todos os temas e ideias podiam ser expostas, e muito menos debatidas, em salas de aula, nas quais havia agentes do regime disfarçados de alunos. Muitos desses dedos-duros, aliás, eram incompetentes no seu disfarce, talvez propositalmente. Esse foi um tempo de muito medo.

A bibliografia das disciplinas era necessariamente filtrada e restrita. Inúmeras obras e autores eram censurados e tinham venda proibida, como o historiador Caio Prado Jr., cassado pelo AI-5 e preso em 1970 num presídio situado atrás da USP, universidade onde deveria ser docente. Sua obra “História Econômica do Brasil” era considerada por muitos como “comunista”. Às vezes, conseguíamos alguns livros que eram

importados pela Livraria Ciências Humanas – situada no centro da cidade de São Paulo -, uma pioneira nesse tipo de resistência à ditadura militar. Adquiri-los, carregá-los debaixo do braço, exigia coragem!

No curso de História, professores conseguiam driblar a repressão e nos ensinar história por caminhos às vezes sinuosos e, afinal, insuspeitos. Como ocorreu certa vez na disciplina de Metodologia da História, na qual foi dada aos alunos a tarefa de localizar a documentação sobre determinados temas existente em arquivos da cidade. Como aluna, historiadora em formação e cidadã pude constatar que a documentação existente sobre a Guerra do Paraguai havia sido recolhida, estando indisponível para consulta. Tive assim uma aula prática sobre as consequências da vigência de uma ditadura militar para a livre produção de conhecimento histórico.

Foi nesse contexto que comecei a participar do movimento estudantil de luta pela democracia. O Diretório Central dos Estudantes da USP havia sido desmantelado com o AI-5, em 1968, e com o Decreto-lei n. 477 de 1969. Essa entidade foi posta na ilegalidade e estudantes presos. Em 1974-75, começamos pouco a pouco a reorganizar o movimento estudantil, reconstruindo centros acadêmicos. Na USP havia três tendências políticas, a Caminhando, da qual eu era próxima, a Refazendo e a Liberdade e Luta. No curso de História, passamos a organizar o Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay (CEHAT) -, denominado “Estudos Históricos” porque era proibida qualquer atividade política estudantil. No CEHAT eu fazia parte do setor cultural, e uma de nossas atividades era manter um grande mural, pendurado no corredor das salas de aula, com recorte das principais notícias, textos e charges, publicadas especialmente pela imprensa alternativa nascente, como os jornais Movimento e Opinião. Como eu era aluna do curso noturno, pois trabalhava durante o dia, precisava fazer um esforço para chegar mais cedo, junto com alguns colegas, e atualizar o mural. Mas valia a pena, pois os alunos, principalmente os do turno da noite sem tempo para ler os jornais, valorizavam nosso esforço e gostavam muito do mural. Penso que daí nasceu em parte meu gosto pela pesquisa de fontes escritas. Mas eram os “anos de chumbo”, e muitas vezes víamos figuras estranhas ao ambiente rondando para checar nossas atividades e nos amedrontar. Medo, sempre o medo,

que não nos impedia, entretanto, de resistir. E foi o que ocorreu no ato ecumênico realizado na Catedral da Sé, que reuniu milhares de pessoas, em outubro de 1975, em homenagem a Vladimir Herzog, assassinado sete dias antes. Evidentemente que a ditadura tentou reprimir. Havia barreiras policiais armadas por todo lado, tumultuando o trânsito, tentando impedir o acesso à catedral. Lembro-me de andar muito sob enorme tensão. Mas consegui assistir ao ato dentro da catedral, enquanto do lado de fora uma multidão se fazia presente. No ano seguinte, depois de muita luta, ocorreram as primeiras eleições livres para o DCE, que foi refundado com o nome de Diretório Central dos Estudantes Livres da USP Alexandre Vannuchi Leme, estudante de Geologia, que havia sido torturado e morto por agentes do DOI-CODI, em 1973.

Sempre tive orgulho de ter participado dessas lutas pela democracia como militante do movimento estudantil, nos anos mais duros da ditadura militar.

Bruno: No ano seguinte à conclusão de seu mestrado, a senhora tornou-se professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O que a levou ao Rio Grande do Norte? Por que decidiu ser professora universitária?

Denise: A militância estudantil cobrou um preço de muitos de nós. Assim, meu companheiro na época, que respondia a um processo aberto em 1969, na II Auditoria Militar (São Paulo), devido a essa militância, tinha enorme dificuldade de conseguir emprego como professor de Física, área na qual havia se formado na USP. Era então exigido o famigerado “Atestado de Antecedentes Políticos e Ideológicos”, expedido pelo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social -, que visava os opositores do regime, sobretudo os de esquerda. Seu “atestado” registrava, evidentemente, aquele processo. Assim, ele resolveu procurar emprego em alguma universidade federal do Nordeste, pois já conhecíamos a região e gostávamos muito. Eu era recém-formada e já mãe do meu primeiro filho. Depois de percorrer várias capitais, surgiu a oportunidade de trabalho para ele em Natal, no Departamento de Física da UFRN,

em 1977. Nesse tempo, nas universidades públicas havia uma ASI – Assessoria de Segurança e Informação -, órgão do aparelho de repressão do regime militar, subordinada ao SNI – Serviço Nacional de Informações. Aqui na UFRN, funcionava no subsolo do prédio da Biblioteca Central Zila Mamede, vigiando e monitorando alunos, professores e funcionários e, sobretudo, fiscalizando e impedindo a contratação de professores suspeitos de “subversão”, ou seja, de serem contrários ao regime. Apesar disso, alguns diretores de Centro e chefes de Departamento enfrentavam a ASI e indicavam a contratação, afinal já não eram mais os “anos de chumbo”. Mas as atividades da ASI/SNI na UFRN se estenderam até 1985/86, ao contrário de muitas outras universidades, onde esse órgão foi extinto anos antes.

No mesmo ano em que cheguei em Natal, em 1977, fui convidada para trabalhar como bolsista pesquisadora no PLEFHANN – Projeto de Levantamento de Fontes da História da Agricultura do Norte e Nordeste – , numa equipe coordenada, no estado, pelo professor Hermano Machado Ferreira Lima do Departamento de Filosofia, História e Geografia da UFRN. Esse projeto, idealizado e desenvolvido pelo Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, era coordenado a nível nacional pela professora e historiadora Maria Yedda Linhares, que aliás havia sido duramente perseguida pelo regime militar. Aqui no estado, essa pesquisa foi desenvolvida nos anos de 1977 e 1978 e constituiu meu primeiro e fecundo contato com a documentação relativa à história estadual. Nesse contato, descobri a pobreza dos acervos documentais no Rio Grande do Norte. Ainda não havia sido instalado um Arquivo Público Estadual, e o IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – funcionava como um clube muito fechado, sob uma presidência que permaneceu no cargo por 48 anos e com grande parte do seu acervo documental em mal estado de conservação. A documentação disponível e por nós consultada era escassa e fragmentada, constituída basicamente pelas Mensagens dos governadores do estado. Por esse motivo, o recorte temporal da pesquisa foi estabelecido entre 1892 e 1930. Fontes fundamentais, como os Anais da Assembleia Legislativa Estadual e a documentação da Capitania dos Portos, nunca foram por nós localizadas. A bibliografia disponível

era igualmente escassa. Mas, apesar de todos os percalços, a equipe do Rio Grande do Norte foi uma das poucas que conseguiram produzir uma monografia, cujos dois primeiros capítulos foram por mim redigidos e os dois últimos pelo professor Hermano. Essa monografia seria publicada anos mais tarde, em 1987, pela Editora Universitária da UFRN, sob o título “História político-administrativa da agricultura do RN – 1892/1930”.

No ano de 1979, o processo de abertura do regime militar avançava por pressão dos movimentos sociais. Em março eclodiu a grande greve dos operários metalúrgicos de São Paulo; em maio ocorreu o Congresso de Reconstrução da UNE – União Nacional dos Estudantes - ; em agosto foi sancionada a Lei da Anistia, e, aqui na UFRN, foi fundada a ADURN – Associação de Docentes. E, em fevereiro de 1980, em São Paulo, foi fundado o PT – Partido dos Trabalhadores.

Foi nesse contexto que eu consegui obter uma Bolsa de Demanda Social da CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – para fazer meu mestrado em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica, durante os anos de 1979, 80 e 81, tempo então concedido pela CAPES. Em contrapartida, eu assumia o compromisso de me integrar como docente à UFRN quando concluísse essa pós-graduação. Assim, fui contratada em 1979, como Professora Colaboradora. Nesse período, o Departamento de História da Universidade ganhava autonomia, com o desmembramento do antigo Departamento de Filosofia, História e Geografia.

Bruno: Em 1982, a senhora começou a dar aulas no Departamento de História da UFRN. Que desafios a senhora encontrou em sua experiência inicial como docente e como pesquisadora? Quais foram as primeiras disciplinas que a senhora ministrou?

Denise: No regresso do mestrado, comecei a dar aulas em 1982, mas não no Curso de Graduação em História, pois me eram designadas disciplinas a serem ministradas nos Cursos de Economia – a disciplina de História Econômica do Brasil – e de

Ciências Sociais – História Econômica, Política e Social do Brasil, o que para mim não deixou de ser prazeroso. Lembro aqui que, no curso de Economia, orientei uma monografia de graduação que foi posteriormente publicada pela EDUFRN sob o título “A economia norte-riograndense e a crise de 29”, de Marconi Silva, Márcia Bezerra e Geraldo Azevedo.

O Departamento de História, com a honrosa exceção de alguns professores, era muito conservador, pouco afeito ao meu apreço pela democracia e menos ainda à disposição de lutar por ela. Minha militância no movimento docente, junto à ADURN, certamente acirrou a hostilidade que alguns colegas manifestavam em relação a mim, na década de 1980. E aqui registre-se que a participação no movimento sindical dos professores implicou no meu registro nos arquivos da ASI/UFRN, com mais 258 pessoas, entre alunos, professores e funcionários, no ano de 1984. Na “Comissão da Verdade da UFRN. Relatório Final”, publicado pela EDUFRN, em 2015, na p. 53, consta: “Denise Monteiro Takeya/professora do Depto. De História (CCHLA). Informação n. 059/84 SNI Recife.”

Para minha satisfação, nesse mesmo período fui convidada a ingressar no quadro docente do Mestrado de Ciências Sociais da Universidade, onde me foi possível estabelecer um diálogo intelectual efetivo e onde lecionei a disciplina “Formação Histórica do Brasil”. No Curso de História, foi somente a partir da segunda metade dos anos 80 que consegui dar aulas, iniciando com a disciplina “História Econômica do Brasil”, e depois com “História do Brasil Colônia”. A principal dificuldade encontrada foi a bibliografia disponível para as disciplinas, pois o acervo da área de História da Biblioteca Central era muito pobre e desatualizado. Eu recorria à minha própria biblioteca, fazendo cópias xerográficas de capítulos de livros para os alunos; além disso, solicitei à Biblioteca Central a aquisição de novos títulos de livros.

Bruno: Em que momento, a senhora começou a ministrar a disciplina História do Rio Grande do Norte? Que autores/autoras a senhora utilizou como referência bibliográfica para lecionar a referida disciplina?

Denise: A disciplina de História do Rio Grande do Norte, ministrada em dois semestres letivos, só me foi oferecida quando, após meu retorno do Doutorado em 1992, a professora Marlene Mariz, por ela responsável, se aposentou. Lecionar essa disciplina constituiu um enorme desafio por dois motivos: o primeiro, meu ainda escasso conhecimento sobre essa história e, o segundo, a bibliografia existente que até então lhe servira de apoio. Eu havia trabalhado basicamente com a história econômica do Rio Grande do Norte, no projeto da Fundação Getúlio Vargas e no meu mestrado, do que haviam resultado dois livros; portanto, eu sentia a necessidade de ampliar meu conhecimento, aprofundando leituras e pesquisas no campo da história social e política. Quanto à bibliografia, ela era constituída pela “História do Rio Grande do Norte” de Câmara Cascudo, publicada em 1955, e alguns textos de autores potiguares que, essencialmente, reproduziam o olhar desse autor, ou seja, uma história-crônica - basicamente a narrativa de nomes, datas e feitos - e “estadualizada”, ou seja, muito fechada em si mesma. Além dessa obra de Cascudo e anterior a ela, havia duas obras escritas na primeira metade do século XX: a “História do Rio Grande do Norte” de Tavares de Lyra, publicada em 1921, da qual tomei conhecimento quando realizei a pesquisa do PLEFHANN e na qual Cascudo se baseou, e a “História do Rio Grande do Norte” escrita por Rocha Pombo e publicada em 1922, no meu entender a melhor das três histórias. Elas constituíam o que, em um artigo por mim publicado em 1994, denominei “historiografia clássica norte rio-grandense”.

Assim, minha preocupação inicial foi ler e incorporar estudos que introduzissem no ensino da disciplina novos pressupostos teórico-metodológicos, temas e problemas, ultrapassando as abordagens tradicionais consagradas, para além das histórias-crônicas. Isso foi possível, basicamente, com textos de professores do Departamento de Ciências Sociais, e não de História, que eram resultado de cursos de pós-graduação realizados em universidades do sudeste do país. E aqui deve ser feita uma ressalva: no Departamento de História havia então um único estudo resultante de curso de pós-graduação, era a dissertação da professora Marlene Mariz, defendida na UFPE em 1982, sobre a Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte, e publicada dois anos

depois. A minha segunda preocupação consistiu em introduzir na disciplina textos sobre História do Brasil que permitissem contextualizar essa “história estadualizada”, situando-a em contextos mais amplos, do regional ao internacional, opção teórico-metodológica indispensável para conhecer a história estadual.

Bruno: Em seu artigo “História do Rio Grande do Norte: Questões metodológicas – historiografia e história regional”, publicado pela revista *Cadernos de História*, em 1994, a senhora mencionou a criação de um projeto de pesquisa, em 1993, intitulado “Formação de acervo bibliográfico: História e historiografia regional/RN”. Que dificuldades a senhora encontrou no decorrer da execução desse projeto? Como a senhora avalia o impacto desse projeto para a pesquisa e para o ensino da disciplina História do Rio Grande do Norte?

Denise: O estado da bibliografia até então disponível para os alunos e utilizada no ensino da disciplina levou-me a pensar na elaboração de um projeto de pesquisa que permitisse a constituição de um acervo bibliográfico específico, que lhe servisse de apoio. Esse acervo era tanto mais necessário quanto as monografias de conclusão do curso de História versavam, invariavelmente, sobre essa história estadual.

Tendo elaborado o projeto, apresentei-o primeiramente à PPPG/UFRN – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação -, onde foi aprovado, e, em seguida, ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Nesse órgão federal de fomento à pesquisa no país, foi meu primeiro projeto aprovado, sob o título “Formação de acervo bibliográfico: História e Historiografia Regional/Rio Grande do Norte”.

O apoio financeiro obtido possibilitou a aquisição de equipamentos e livros, a participação de cinco alunas(os)-bolsistas no projeto e a minha primeira “bolsa de produtividade em pesquisa” do CNPq. O computador então adquirido foi o primeiro existente no CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – destinado

exclusivamente à pesquisa, quando a internet no Brasil dava ainda seus primeiros passos. Assim foi criada a primeira Base de Pesquisa, por mim coordenada, no Departamento de História.

O projeto foi desenvolvido entre março de 1994 e fevereiro de 1997. Através dele foi constituído um acervo de aproximadamente 800 títulos, entre livros, artigos de periódicos, relatórios, teses, dissertações e monografias, adquirido entre 1994 e 1996, através de doações de autores e/ou editoras e de reprodução mecanográfica, especialmente obras raras, sem reedição, e trabalhos acadêmicos. Esse acervo incluiu estudos produzidos tanto no âmbito da universidade como em outras instituições; tanto na área de História como em áreas correlatas, em particular a Geografia, as Ciências Sociais, a Economia e a Antropologia, que produzem um conhecimento tantas vezes necessário aos que se propõem a pesquisar diferentes temas da história estadual. O material assim reunido foi registrado num catálogo no qual as obras foram classificadas, para facilitar a pesquisa, segundo cinco campos temáticos, relacionados a sub-áreas, em função do enquadramento preferencial de seu conteúdo: História Econômica, Política, Social, Cultural e Pré-História; além de obras de referência como bio-bibliografias, catálogos e dicionários. O acervo, aberto a todos os interessados, ficou alojado na sala do NEH – Núcleo de Estudos Históricos -, do Departamento. É importante lembrar que o projeto que deu origem ao acervo visava não apenas criar um suporte bibliográfico para estudos e pesquisas, sistematizando e classificando informações úteis, mas também, e sobretudo, contribuir para uma reflexão crítica sobre o “saber histórico” até então acumulado e difundido. Em outras palavras, objetivava em última instância uma análise historiográfica, etapa fundamental no processo de identificação dos problemas e perspectivas da elaboração de uma “História do Rio Grande do Norte”, visando sua renovação.

Bruno: Nesse mesmo artigo, a senhora chamou a atenção para a necessidade de renovar a historiografia norte-rio-grandense. Nesse texto, e em outros publicados posteriormente, a senhora deixou claro que a questão não era apenas a produção de novas pesquisas, mas também levar o resultado desses

novos estudos (renovar a historiografia norte-rio-grandense) para o ensino da disciplina de História do Rio Grande do Norte, tanto no curso superior como no ensino básico. De que maneira a senhora compreendia, naquele contexto, a articulação entre o conhecimento produzido pela academia e o saber histórico escolar, especialmente aquele voltado para a história do Rio Grande do Norte?

Denise: A meu ver, o conhecimento produzido dentro das universidades, e aqui eu penso nas universidades públicas, deve ser socializado, ou seja, deve sempre retornar à sociedade. O verbo retornar aqui tem um conteúdo muito concreto: essas universidades são mantidas com verbas públicas, ou seja, é a sociedade que permite sua existência, manutenção e funcionamento. Num país com profundas desigualdades sociais como o nosso, isso é ainda mais relevante, pois se a universidade, através da pesquisa, é o espaço por excelência da produção de conhecimento, ela é também um espaço restrito, ao qual uma porcentagem muito pequena e privilegiada da população tem acesso.

Concomitantemente, penso que o conhecimento histórico só faz sentido se ele for capaz de demonstrar alguma relação dinâmica com o mundo em que vivemos. Dito de outra forma, se ele contribuir para uma reflexão sobre as heranças deixadas pelo passado, seus desafios e perspectivas. Pensemos, por exemplo, no tema da escravidão na sociedade brasileira, no passado e no presente. O ofício do historiador não deve ser simplesmente tentar reconstituir o passado como mera narrativa, tantas vezes “pitoresca”, como faz a história-crônica, o que em essência é uma forma de conservar esse passado, cristalizando-o. Ao contrário, penso que o discurso historiográfico deve ter por objetivo reconstituir nossa memória social, o que implica em interpretar, analisar, explicar, lançando mão necessariamente de conceitos de outras áreas de conhecimento, consideradas justamente “ciências auxiliares da História”.

Assim, creio que a universidade tem um papel a desempenhar na cadeia de transmissão/disseminação desse conhecimento, ou seja, sua tradução/socialização para diferentes níveis de ensino.

Bruno: Em sua dissertação de mestrado, a senhora pesquisou sobre o algodão na economia do Rio Grande do Norte entre 1880 e 1915, em um contexto de escassez de estudos acadêmicos sobre a história do estado. O que a motivou a escolher esse recorte temático e temporal? Por que trabalhar história econômica? Quais desafios a senhora encontrou para realizar essa pesquisa? Qual era a situação, por exemplo, da documentação utilizada pela senhora?

A pesquisa na área de História sempre depende da disponibilidade de fontes sobre o tema que se pretende estudar, tanto em termos de quantidade como de qualidade dessas fontes. Sua pertinência determina também o recorte temporal que o historiador estabelece para investigar seu objeto de estudo.

Minha dissertação de Mestrado foi defendida na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo em 1983, sob o título “Um outro Nordeste. O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)”, e foi publicada pelo Banco do Nordeste do Brasil, em 1985, sob o mesmo título, com prefácio do professor Manuel Correia de Andrade.

A escolha desse recorte temático e temporal foi determinada pela minha participação no PLEFHANN - projeto na área de história econômica regional do Brasil – , o que me proporcionou um primeiro contato com a documentação referente à história do estado. A partir daí, eu pude, primeiro, constatar quais as fontes disponíveis para pesquisa nessa área e, segundo, pensar em possíveis problemáticas de pesquisa para novos estudos. Dessa forma, foi por esse caminho teórico-metodológico que iniciei meu projeto de dissertação de mestrado.

Para sua execução, pude compensar em parte a precariedade da documentação existente no Rio Grande do Norte com pesquisas em arquivos de São Paulo, onde encontrei não apenas os Relatórios Ministeriais e os Anais do Senado e da Câmara dos Deputados, que foram fundamentais para a elaboração do trabalho, como também os “Anais da Primeira Conferência Algodoeira”, realizada no Rio de Janeiro

em 1915, o que foi surpreendente. E essa é uma das grandes alegrias do ofício de historiadora: descobrir nos arquivos uma fonte valiosa e imprevista para a pesquisa, como num trabalho do garimpo.

Desse estudo, emergiu um Rio Grande do Norte algodoeiro, abastecendo a nascente indústria têxtil nacional, concentrada na região Sudeste do país, a partir dos anos de 1880. Em síntese, desenvolvi um estudo sobre o lugar ocupado pelo estado na Divisão Intranacional do Trabalho, com as consequências políticas e sociais daí advindas, procurando contribuir para uma temática-chave: a desigualdade regional no Brasil.

Bruno: No doutorado, a senhora mudou de objeto de pesquisa. Por que não continuou com a pesquisa em história do Rio Grande do Norte em seu doutorado?

Denise: Quando da minha participação no PLEFHANN, me chamou a atenção o fato de que os grandes lucros da produção agrícola brasileira ficavam com a denominada intermediação comercial e financeira da agroexportação, ou seja, com o capital estrangeiro. Essa intermediação era exercida, por exemplo, pelas casas comerciais de importação e exportação, que atuaram no país especialmente no decorrer da segunda metade do século XIX. Durante as pesquisas para o mestrado, me deparei com a existência da Casa “Boris Frères”, de capital francês. Fundada em Paris, em 1872, onde se situava a matriz, ela tinha uma poderosa filial em Fortaleza e, em 1912, instalara uma usina de beneficiamento de algodão em Natal. Descobri então que o Arquivo Público do Ceará guardava o “Acervo Boris Frères”, um arquivo ímpar por seu conteúdo e datação, pois o grande problema para a realização de pesquisas sobre as casas comerciais estrangeiras reside justamente na dificuldade de localização e trabalho com seus acervos documentais, isso quando sobrevivem ao tempo.

Dessa forma, por ocasião do meu doutorado, elaborei um projeto sobre esse tema, pois eu poderia, por um lado, contar com uma excelente base documental e, por

outro, dar continuidade a uma reflexão teórica, contribuindo desta feita para os estudos sobre as origens históricas da Divisão Internacional do Trabalho.

Penso que fiz uma ótima escolha temática, pois, além de uma bolsa Capes para o doutorado na USP, obtive a aprovação do CNPq para uma “bolsa sandwich” na Universidade de Paris-Sorbonne. Durante todo o ano de 1990 pude pesquisar em arquivos franceses, o que foi para mim um grande aprendizado.

A tese de doutorado foi publicada em 1995, sob o título “Europa, França e Ceará, origens do capital estrangeiro no Brasil”, como parte da coleção “Estudos Históricos”, dirigida por Fernando Novais na editora HUCITEC/SP, em co-edição com a EDUFRN.

Bruno: Nos anos 2000, a senhora publicou o livro “Introdução à história do Rio Grande do Norte”, uma referência bibliográfica importante para a disciplina de história do Rio Grande do Norte, até hoje. Na apresentação do livro, a senhora esclarece que seu objetivo era o de “atender à necessidade de material didático para o ensino de História do Rio Grande do Norte, sobretudo no Ensino Médio”. Quando surgiu a ideia de produzir um livro com essa proposta? O conjunto de mudanças curriculares ocorrido no interior da educação brasileira, nos anos 90, como por exemplo, a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei n. 9.394/1996, teve algum impacto em sua decisão de escrever um livro voltado, sobretudo, para o ensino médio? Nesse sentido, a senhora considera o livro “Introdução à história do Rio Grande do Norte” como um livro didático?

Denise: A elaboração do meu livro “Introdução à História do Rio Grande do Norte” foi o resultado de dois fatores. O primeiro deles, meu percurso intelectual e acadêmico, que incluiu meus estudos e pesquisas no PLEFHANN, no mestrado, no doutorado e na base de pesquisa por mim criada sobre História e Historiografia Regional/Rio Grande do Norte. O segundo e mais importante fator foi a minha

constatação, ao lecionar a disciplina, de que era urgente atualizá-la do ponto de vista historiográfico, partindo de novos pressupostos teórico-metodológicos e incorporando trabalhos de pós-graduação. Dessa forma, na primeira edição do livro, no ano de 2000, constaram na bibliografia as dissertações de mestrado, com conteúdo histórico, de Janice Silva (1975), Cícero Soares Neto (1984), Marlene Mariz (1984), Maria Regina Furtado Mattos (1985), Muirakytan Macedo (1998) e Fátima Lopes (1999). Nas edições seguintes, continuei incorporando novas dissertações, teses, livros e artigos, incluindo, é claro, a minha própria produção. Essa incorporação bibliográfica era também uma forma de divulgar o conhecimento produzido na academia para o público externo à universidade, o que sempre considerei fundamental.

Meu objetivo último ao escrever o livro foi atender à necessidade de se pensar historicamente, com base num recorte local, temas, por exemplo, como a democracia, os direitos humanos, as desigualdades sociais e regionais, o exercício da cidadania e a soberania nacional – olhando para o passado com os olhos do presente, o que é inerente ao ofício do historiador,

Esses são temas que ganharam relevo na sociedade brasileira com o fim da ditadura militar, foram orientadores da Constituição de 1988 - a “Constituição Cidadã”-, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e do Plano Nacional de Educação/Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997.

Meu livro se propõe a contribuir com a reflexão sobre esses temas, o que exige um certo aprofundamento conceitual, ao mesmo tempo que pretende ser útil não apenas a alunos e professores, especialmente do ensino médio, mas também a todos aqueles interessados nessa história. Nesse sentido, talvez ele deva ser considerado como um livro paradidático, e não didático. De qualquer forma, creio que a mim não compete discutir essa questão. Prefiro deixá-la aos especialistas.

Bruno: Ainda sobre o livro “Introdução à história do Rio Grande do Norte”, eu gostaria de perguntar acerca do recorte temporal escolhido pela senhora. Por que o livro não avançou no sentido de estudar um recorte mais amplo, do

período da intitulada “Era Vargas” até a “Nova República”? Pergunto ainda: a senhora recebeu algum retorno/comentário, alguma crítica ou elogio, de aluno, aluna, colega do DH da UFRN e de outros docentes dos departamentos de História do Rio Grande do Norte, sobre o seu livro? Se sim, a senhora poderia citá-lo?

Denise: Na terceira edição, publicada em 2007, eu acrescentei um novo capítulo, cobrindo o decênio de 1930. Esse recorte temporal foi mantido na quarta edição, publicada em 2015, pela editora Flor do Sal.

Isso ocorreu porque, como historiadora, passei a me dedicar ao estudo e pesquisa de uma temática específica: terra e trabalho na História. Essa temática é crucial para quem se preocupa com as raízes históricas de problemas do Brasil contemporâneo. Afinal, os historiadores partem da forma como se inserem no tempo e no espaço em que vivem. As respostas que buscam no passado estão conectadas às perguntas que formulam em função do seu presente. E minha pergunta passou a ser: quais as origens históricas do problema agrário no Brasil contemporâneo, responsável por inúmeras mortes no campo? Passei então a focar nessa temática do ponto de vista de suas especificidades locais, o que é um caminho metodológico essencial para a historiografia, considerando-se a dimensão e diversidade regional de um país continental como o nosso.

Com base nesse interesse temático de pesquisa, desenvolvi dois projetos, apoiados pelo CNPq, entre os anos de 2000 e 2007, o primeiro sobre política de terras e, o segundo, sobre política de mão de obra. Apoiada no desenvolvimento desses projetos, elaborei disciplinas sobre a temática pesquisada que foram ministradas nos cursos de graduação, especialização e mestrado em História, e também no mestrado em Geografia. Em 2008, a EDUFRN publicou meu livro “Terra e Trabalho na História: estudos sobre o Rio Grande do Norte”, reunindo artigos que escrevi resultantes dos dois projetos desenvolvidos.

Relativamente ao acolhimento do livro “Introdução à história do Rio Grande do Norte”, ele foi bastante utilizado na disciplina Ensino de História, ministrada no

Centro de Educação da UFRN. Também recebi muitos elogios de ex-alunos que se tornaram professores nas redes pública e privada. Mas creio que a existência de quatro edições é o que melhor atesta esse acolhimento.

Bruno: Em algum momento de sua carreira, a senhora teve o interesse de escrever um livro didático de História? Se sim, por que não levou o projeto adiante? E como a senhora avalia o papel dos livros didáticos de História, especialmente, aqueles voltados para a História Regional/Local, para o ensino básico?

Denise: Nunca tive por objetivo escrever livros propriamente didáticos de História para o ensino fundamental, considerando seus diferentes ciclos e séries, porque creio que me faltam pré-requisitos para tanto. Por um lado, nunca tive contato, na minha experiência de 30 anos como professora, com esse nível de ensino, que tem suas especificidades; por outro lado, isso exigiria, a meu ver, algum conhecimento na área de psicologia cognitiva, em função do ciclo/série do ensino fundamental ao qual o livro se dirigiria.

Em decorrência, considero que devo me abster de avaliar o papel dos livros didáticos sobre História Regional/Local no ensino básico. Penso que essa é função pertinente aos que se dedicam à área de Ensino de História.